



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Nº ÚNICO: 0010457-65.2005.8.10.0001

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 053569/2014 – São Luís(MA)

APELANTE : Antonio Carlos Gomes Ribeiro
DEFENSOR PÚBLICO : Caroline Christine Barros Nogueira
APELADO : Ministério Público Estadual
INCIDÊNCIA PENAL : Art. 121, § 2º, IV, do CPB
RELATOR : Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

RESUMO

• **Objeto:**

- Recurso de apelação, interposto por Antonio Carlos Gomes Ribeiro, por meio da Defensoria Pública Estadual, contra a sentença de fls. 281/283v., que o condenou à pena de 15 (quinze) anos, 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal, a ser cumprida em regime inicial fechado.

Crime: Homicídio qualificado pelo emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima.

• **Fatos e circunstâncias do crime:**

- No dia 05/06/2005, Antonio Carlos Gomes Ribeiro, após ter ingerido bebida alcoólica com José Amaral Ferreira, em um bar localizado no bairro Tajaçuaba, nesta cidade, travou com ele uma discussão, chegando a agredi-lo com socos. Na sequência, José Amaral Ferreira recebeu vários golpes de faca na nuca, desferidos pelo primeiro, sendo encontrado já sem vida, na frente da sua residência.

• **Argumentos contidos nas razões – fls. 293/306:**

I - que o fundamento apresentado para valorar a culpabilidade “**não indica, em qualquer momento, ter a conduta exaurido o tipo penal de forma a gerar acentuado grau de reprovabilidade**” (fls. 300);

II - que o processo utilizado pelo julgador na avaliação dos antecedentes criminais, refere-se a fato ocorrido posteriormente ao delito em apreço, não servindo, portanto, para esse fim;

III - que o argumento expendido pelo magistrado para o exame negativo das circunstâncias do crime é inidôneo, visto que as condições de tempo e lugar em que ocorreu o crime em nada transpõem o que normalmente se espera; e

IV - que o juízo de primeiro grau equivocou-se ao considerar o comportamento da vítima para fins de majoração da resposta penal, vez que tal circunstância não poderá apresentar valor negativo.

- Requer, a par do exposto, a redução da pena imposta para o mínimo legal previsto.

• **Parecer da PGJ:** fls. 334/340 - Joaquim Henrique de Carvalho Lobato. Conhecimento e parcial provimento.

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

- Entende que deve ser reduzida a reprimenda, porém em patamar acima do mínimo legal, em face da permanência das circunstâncias judiciais negativas da culpabilidade e circunstâncias do crime.

• **VOTO: conhecimento e improvimento**

- Com relação à culpabilidade, ao contrário do que afirma o recorrente, entendo, na esteira do parecer ministerial, que não há qualquer ilegalidade ou abuso de poder por parte do juiz presidente, vez que devidamente justificada em elementos concretos, extraídos diretamente dos autos.

- Isso porque, da versão dos fatos que consta dos autos, o apelante agiu, sim, na execução da vítima, com extrema violência, conforme se observa no mapa topográfico de fls. 259/259v., o qual atesta a diversidade de golpes desferidos, ocasionando ferimentos cortantes grandes e profundos, alguns deles chegando a atingir o plano ósseo da nuca.

- Em relação aos maus antecedentes, consigno que assiste razão à defesa, pois, de fato, o juízo sentenciante considerou condenação criminal transitada em julgado para valorar negativamente essa circunstância judicial, porém, trata-se de fato posterior ao cometimento do ilícito *sub examine*, não servindo, portanto, para essa finalidade. Precedente (jurisprudência e doutrina no voto).

- Noutro giro, entendo que não se pode desconsiderar a existência de condenação definitiva pela prática do crime de roubo circunstanciado¹, ainda que sua ocorrência tenha se dado no curso deste processo criminal.

- Isso porque, para mim, muito embora condenações transitadas em julgado, por fato posterior ao cometimento do delito em análise, não sirvam para caracterizar maus antecedentes, demonstram o comprometimento do agente com a seara delitiva, de modo que estão aptas a negativar a conduta social.

- A conduta social, vale rememorar, abrange o comportamento do agente em sociedade, não se podendo desprezar a resistência do réu ao cumprimento do ordenamento jurídico-penal, em virtude da prática de outro fato delituoso.

- Portanto, ainda que o registro criminal com trânsito em julgado em desfavor do acusado tenha sido equivocadamente sopesado no vetor antecedentes criminais, compreendo como válida a intenção do julgador em não desconsiderá-lo, razão pela qual realoco este importante fato de definição à vetorial que me parece correta, qual seja, a conduta social.

- quanto às circunstâncias do crime, entendo que deve permanecer a fundamentação que a reputou desfavorável, porque idoneamente baseada no fato do crime ter sido cometido na frente da residência da vítima e em horário noturno, elementos concretos que, a meu ver, tornam a conduta do apelante mais grave, a ponto de recomendar

¹ Antônio Carlos Gomes Ribeiro foi condenado, em 18/06/2009, pela prática da conduta típica encartada no art. por infração ao art. 157, § 2º, inc. I e II c/c o art. 29 e 71 do Código Penal, à pena de oito anos, seis meses e vinte dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, e cento e dois dias-multa (processo nº 21463/2008), com trânsito em julgado do acórdão que manteve a sentença.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

maior rigor na dosagem da pena.

- Por fim, no que concerne ao [comportamento da vítima](#), observa-se, a par do édito condenatório, que esta circunstância judicial, apesar de ter sido mencionada pelo togado singular no momento da fixação da pena-base, não foi, de fato, considerada para exasperá-la. Explico.

- É que, conforme a dosimetria levada a efeito na condenação, o sentenciante atribuiu, para cada circunstância judicial negativa, um incremento de 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão, considerando o “**resultado a partir da obtenção do intervalo da pena prevista em abstrato ao tipo (máximo-mínimo)**” (fls. 282v.).

- Ora, tendo em mira que a pena-base restou fixada em 18 (dezoito) anos e 09 (nove) meses de reclusão, forçoso concluir que apenas 03 (três) circunstâncias judiciais desfavoráveis foram utilizadas para majorar a reprimenda, *in casu*, a culpabilidade, os antecedentes e as circunstâncias do crime, não havendo o que se falar, portanto, em aumento decorrente do comportamento da vítima.

• **PENA**

- Mantidas as três circunstâncias judiciais negativas, e incidente, na espécie, da atenuante da confissão (1/6), a pena permanece intacta.

• **CONCLUSÃO:**

- Com as considerações supra, em desacordo com o parecer da d. Procuradoria de Justiça, nego provimento ao recurso, para manter a sentença de base inalterada.

- Obs.: Foi decretada a prisão do apelante na sentença, porém o mesmo, segundo o que consta dos autos, se encontra em local incerto e não sabido.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA -- DE --- DE 2015.

Nº ÚNICO: 0010457-65.2005.8.10.0001

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 053569/2014 – São Luís(MA)

APELANTE : **Antonio Carlos Gomes Ribeiro**
DEFENSOR PÚBLICO : **Caroline Christine Barros Nogueira**
APELADO : **Ministério Público Estadual**
INCIDÊNCIA PENAL : **Art. 121, § 2º, IV, do CPB**
RELATOR : **Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida**

ACÓRDÃO Nº _____

EMENTA. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PLEITO DE REFORMA NA DOSIMETRIA DA PENA-BASE. ALEGADA FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. INVIABILIDADE. IMPROVIMENTO DO APELO.

1. Se há várias circunstâncias judiciais sopesadas de modo desfavorável ao réu, é lícito ao juiz da causa estabelecer pena acima do mínimo legal, afastando-se, contudo, aquela que não estiver devidamente justificada.

2. A culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social da conduta, se mostra acima da média, acentuada, haja vista a existência de um *plus* no cometimento do crime, resultando em verdadeira extrapolação do tipo penal.

3. Fatos posteriores ao cometimento do ilícito não podem ser considerados para atribuir valor negativo aos antecedentes criminais. Precedentes.

4. Muito embora condenações transitadas em julgado, por fato posterior ao cometimento do delito em análise, não sirvam para caracterizar maus antecedentes, demonstram o comprometimento do agente com a seara delitiva, de modo

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

que estão aptas a negativar a conduta social.

5. A execução do delito na frente da residência da vítima e em horário noturno é circunstância que recomenda maior rigor na dosagem da pena.

6. O comportamento da vítima não merece maiores digressões, pois, embora não possa ser interpretado em desfavor do réu, dele não decorreu nenhum incremento na resposta penal.

7. Recurso de apelação improvido.

ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade e em desacordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Vicente de Paula Gomes de Castro (Presidente), José Bernardo Silva Rodrigues e José Luiz Oliveira de Almeida. Presente pela Procuradoria Geral de Justiça a Dra. Regina Maria da Costa Leite.

São Luís(MA), -- de --- de 2015.

DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida

RELATOR

DESEMBARGADOR Vicente de Paula Gomes de Castro

PRESIDENTE

José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 053569/2014 – SÃO LUÍS(MA)

RELATÓRIO – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

(relator): Trata-se de recurso de apelação, interposto por Antonio Carlos Gomes Ribeiro, por meio da Defensoria Pública Estadual, contra a sentença de fls. 281/283v., que o condenou à pena de 15 (quinze) anos, 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal², a ser cumprida em regime inicial fechado.

Da inicial acusatória de fls. 02/03, sorvo o seguinte excerto:

[...]

Consta da inclusa peça informativa que na madrugada do dia 05 de junho de 2005, o ora denunciado assassinou, a golpes de faca, JOSÉ AMARAL FERREIRA, alcunhado de “Zê Caralho”, na porta da casa deste, localizada na Rua Principal, do Povoado Tajaçuaba, nesta cidade, tendo o corpo da vítima sido encontrado horas depois por vizinhos que acionaram a polícia, sendo o cadáver levado ao IML para os exames de praxe.

Infere-se dos autos que antes do crime, ainda na noite de 04/06/05 (sábado), Cacá e José Amaral ingeriram bebida alcoólica no bar de propriedade de Tereza Pereira Diniz Lima, situado no dito bairro, sendo este último seguido por Cacá quando resolveu ir embora para sua casa, iniciando-se, então, uma discussão entre ambos, tendo José Amaral sido agredido a socos por Cacá, fato presenciado por várias testemunhas.

Após esse primeiro desentendimento, a vítima, bastante nervosa e pálida, retornou ao mesmo bar, de lá saindo sem demora e sem fazer qualquer

² Art. 121. Matar alguém:

[...]

§ 2º Se o homicídio é cometido:

[...]

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

[...]

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

comentário acerca do que lhe sucedera. Instantes depois, ali chegou Cacá, permanecendo alguns minutos, o qual ainda jogou cachaça em alguns clientes, oportunidade em que se retirou dizendo que iria a procura de José Amaral. Logo após consumir seu intento homicida, o indigitado foi para casa dormir e ao acordar simulou um ataque de nervos sendo transportado numa ambulância para o Hospital Nina Rodrigues, onde foi posteriormente localizado e preso, ocasião em que confessou ter matado José Amaral com duas facadas em razão deste haver tomado gosto com sua companheira, Rosane Farias Martins, a qual negou tal fato em depoimento prestado perante a autoridade policial.

[...]

Auto de apresentação e apreensão, às fls. 14.

Certidão de antecedentes criminais, às fls. 34.

Laudo de exame pericial em arma branca, às fls. 40.

Exame cadavérico, às fls. 46/47.

Alvará de soltura, às fls. 54 e 70/71.

Termo de qualificação e interrogatório do réu, às fls. 87/89.

No curso da instrução criminal, foram inquiridas as testemunhas Cláudia Amosina Pacheco Nascimento (fls. 110/112) e Abdias Pereira de Carvalho (fls. 139v./140), arroladas pelo órgão ministerial.

Apresentadas as postulações finais pelas partes, o magistrado da 2ª Vara do Tribunal do Júri, às fls. 181/184v., entendeu devesse pronunciar Antônio Carlos Gomes Ribeiro nas penas do art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal, para que seja submetido a julgamento perante seus pares.

Homologação de laudo pericial atestando a imputabilidade do acusado, às fls. 186/187v.

Contra esta decisão, a defesa interpôs recurso em sentido estrito (fls. 191/198), ao qual foi negado provimento pelo órgão colegiado (fls. 222).



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

Iniciada a segunda fase do procedimento do júri, o Conselho de Sentença se reuniu na sessão realizada em 31/07/2014, ocasião em que foram ouvidas as testemunhas Claudia Amosina Pacheco (fls. 277) e Abdias Pereira de Carvalho (fls. 278), cujos depoimentos foram registrados na mídia óptica de fls. 278-A.

Após a votação, por decisão dos juízes leigos, Antonio Carlos Gomes Ribeiro foi condenado como incurso no art. 121, § 2º, IV, do *Codex Penal*, tendo o Juiz Presidente fixado a reprimenda em 15 (quinze) anos, 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado (fls. 281/283v.).

A defesa do sentenciado, então, insurge-se contra esta decisão (fls. 286v.), em cujas razões, acostadas às fls. 294/306, requer seja reduzida a pena fixada, por reputar idônea a valoração negativa atribuída às circunstâncias judiciais relativas à culpabilidade, antecedentes, circunstâncias do crime e comportamento da vítima.

Nas contrarrazões de fls. 323/326v., o Ministério Público Estadual, através do seu representante legal, requereu o provimento parcial do recurso, apenas para afastar a circunstância judicial desfavorável referente aos antecedentes do apelante.

No parecer de fls. 334/340, da lavra do eminente Procurador Joaquim Henrique de Carvalho Lobato, o órgão ministerial de segundo grau opinou pelo conhecimento e parcial provimento do recurso, para que seja reduzida a reprimenda, porém em patamar acima do mínimo legal, em face da permanência das circunstâncias judiciais negativas da culpabilidade e circunstâncias do crime.

É o relatório.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

Voto – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida (relator):

Presentes estão os pressupostos de admissibilidade do recurso, razão pela qual merece ser conhecido.

Consoante relatado, o apelante Antonio Carlos Gomes Ribeiro, por decisão do Conselho de Sentença, foi condenado por incidência comportamental no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal, sendo-lhe fixada a pena de 15 (quinze) anos, 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado (fls. 281/283v.), contra a qual se insurge.

Das razões recursais (fls. 294/306), extraio os seguintes argumentos defensivos:

I - que o fundamento apresentado para valorar a culpabilidade “**não indica, em qualquer momento, ter a conduta exaurido o tipo penal de forma a gerar acentuado grau de reprovabilidade**” (fls. 300);

II - que o processo utilizado pelo julgador na avaliação dos antecedentes criminais, refere-se a fato ocorrido posteriormente ao delito em apreço, não servindo, portanto, para esse fim;

III - que o argumento expendido pelo magistrado para o exame negativo das circunstâncias do crime é inidôneo, visto que as condições de tempo e lugar em que ocorreu o crime em nada transpõem o que normalmente se espera; e

IV - que o juízo de primeiro grau equivocou-se ao considerar o comportamento da vítima para fins de majoração da resposta penal, vez que tal circunstância não poderá apresentar valor negativo.

Requer, a par do exposto, a redução da pena imposta para o mínimo legal previsto.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

De início, cumpre consignar que, muito embora o inconformismo defensivo restrinja-se à resposta penal albergada na sentença, a materialidade e autoria do delito encontram-se devidamente comprovadas nos autos.

Analisando o mérito da demanda, devo dizer, desde logo, que assiste razão à defesa, em parte. Vejamos.

O decreto condenatório, ao que nos interessa (fls. 282/283), se encontra assim redigido, *verbis*:

[...]

Considerando as circunstâncias judiciais do artigo 59 em consonância com o artigo 68 do citado código, passo à dosimetria da pena.

Culpabilidade extremamente reprovável, devendo ser exasperada a pena base, afastando-se do seu mínimo legal.

No caso, a vítima foi atingida mortalmente com excessiva violência, posto que, fora golpeado várias vezes com arma branca, demonstrando, assim, termo o mesmo agido com requinte de perversidade e sem qualquer respeito pela vida humana, circunstância que, sem qualquer dúvida, ultrapassa os limites da norma penal.

O Réu não é mais primário, eis que já fora condenado por sentença transitada em julgado no Processo nº 21463-64.2008.8.10.0001 que tramitou perante a 5ª

Vara Criminal de São Luís pela prática do crime de roubo majorado.

Poucos elementos foram coletados a respeito da sua conduta social, razão pela qual deixo de valorá-la; por outro lado, ênfase que não existem nos autos dados suficientes à aferição da sua personalidade, motivo pelo qual deixo de considerá-la.

O motivo do crime, não há nos autos elementos suficientes capazes de definir a motivação para prática do delito;

As circunstâncias em que ocorreu o crime não favorecem o acusado de forma alguma, eis que praticado nas dependências da residência da vítima e no horário noturno;

As consequências extra penais do crime são normais à espécie.

No que tange ao comportamento da vítima, esta em nenhum momento colaborou para o evento criminoso.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

[...]

(Sublinhamos)

Como se vê, algumas circunstâncias judiciais foram consideradas desfavoráveis ao apelante, entre estas a culpabilidade, os antecedentes e as circunstâncias do crime, que, ao fim e ao cabo, elevaram a pena mínima em 06 (seis) anos e 09 (nove) meses de reclusão.

Com relação à culpabilidade, ao contrário do que afirma o recorrente, entendo, na esteira do parecer ministerial, que não há qualquer ilegalidade ou abuso de poder por parte do juiz presidente, vez que devidamente justificada em elementos concretos, extraídos diretamente dos autos.

Isso porque, da versão dos fatos que consta dos autos, o apelante agiu, sim, na execução da vítima, extrema violência, conforme se observa no mapa topográfico de fls. 259/259v., o qual atesta a diversidade de golpes desferidos, ocasionando ferimentos cortantes grandes e profundos, alguns deles chegando a atingir o plano ósseo da [nuca](#).

No caso em apreço, tenho, para mim, que a culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social da conduta, se mostra acima da média, acentuada, haja vista a existência de um *plus* no cometimento do crime, resultando em verdadeira extrapolação do tipo penal.

Em relação aos maus antecedentes, consigno que assiste razão à defesa, pois, de fato, o juízo sentenciante considerou processo criminal transitado em julgado para valorar negativamente essa circunstância judicial, porém, trata-se de fato posterior ao cometimento do ilícito *sub examine*³, não servindo, portanto, para essa [finalidade](#). Nesse sentido:

³ Praticado no ano de 2008.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS
SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT.
CALÚNIA. DOSIMETRIA. MAUS ANTECEDENTES E REINCIDÊNCIA. FATO
POSTERIOR. NÃO CARACTERIZAÇÃO.

UMA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL GRAVOSA. PENA
MENOR DE UM ANO. DESPROPORÇÃO DO REGIME PRISIONAL MAIS
GRAVOSO OU DO IMPEDIMENTO À SUBSTITUIÇÃO POR PENAS
RESTRITIVAS DE DIREITOS. REDIMENSIONAMENTO DA PENA.

CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou
o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ em substituição a recursos
especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão
da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou
teratologia.

**2. Ilegal é o acolhimento como maus antecedentes ou
reincidência de fato posterior, ainda que condenação transitada em julgado,
pois efetivamente fato anterior não é. Redução operada na pena fixada.**

3. A admissão de única vetorial gravosa, dentre as oito
possíveis, com pena fixada em menos de um ano, por crime contra a honra, não
permite aferir como proporcionais as proibições ao regime aberto e às penas
restritivas de direitos.

4. Ponderando o quantum de pena fixado, as negativas
circunstâncias do crime, mas as favoráveis condições pessoais do agente (com
endereço e profissão definidos, família constituída, 67 anos de idade, doente) e
não gravosas todas demais circunstâncias judiciais, é fixado o regime aberto e
substituída a pena privativa de liberdade pela prestação de serviços comunitários,
em local a ser definido pelo juízo da execução.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de
ofício para reduzir a pena imposta a 11 meses e 20 dias de reclusão, em regime
aberto, substituída por prestação de serviços à comunidade, a ser cumprida em



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

local designado pelo juízo da execução, além da pena de multa de 18 dias-multa, cada qual em um salário mínimo, com a imediata soltura do paciente..⁴

(Grifamos)

Assim sendo, a condenação por fato posterior, conforme iterada jurisprudência da Corte Superior, não caracteriza maus antecedentes, pois tal circunstância judicial refere-se ao histórico do agente, ou seja, a fatos pretéritos à conduta *sub examine*. Enfim, valendo-me das lições doutrinárias de Fernando Capez⁵, significa dizer:

[...] Antecedentes: são todos os fatos da vida pregressa do agente, bons ou maus, ou seja, tudo o que ele fez antes da prática do crime. Esse conceito tinha abrangência mais ampla, englobando o comportamento social, relacionamento familiar, disposição para o trabalho, padrões éticos e morais etc. A nova lei penal, porém, acabou por considerar a “conduta social” do réu como circunstância independente dos antecedentes, esvaziando, por conseguinte, seu significado. Desse modo, antecedentes passaram a significar, apenas, anterior envolvimento em inquéritos policiais e processos criminais. Assim, consideram-se para fins de maus antecedentes os delitos que o condenado praticou antes do que gerou a sua condenação. Os delitos praticados posteriormente não caracterizam os maus antecedentes. [...]

(Sem destaques no original)

Noutro giro, entendo que não se pode desconsiderar a existência de condenação definitiva pela prática do crime de roubo circunstanciado⁶, ainda que sua ocorrência tenha se dado no curso deste processo criminal.

Isso porque, para mim, muito embora condenações transitadas em julgado, por fato posterior ao cometimento do delito em análise, não sirvam para

⁴ STJ - HC 304.602/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 12/02/2015.

⁵ Curso de direito penal, volume 1, parte geral : (arts. 1º a 120) / Fernando Capez. — 16. ed. — São Paulo : Saraiva, 2012. p. 475-476.

⁶ Antônio Carlos Gomes Ribeiro foi condenado, em 18/06/2009, pela prática da conduta típica encartada no art. por infração ao art. 157, § 2º, inc. I e II c/c o art. 29 e 71 do Código Penal, à pena de oito anos, seis meses e vinte dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, e cento e dois dias-multa (processo nº 21463/2008), com trânsito em julgado do acórdão que manteve a sentença.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

caracterizar maus antecedentes, demonstram o comprometimento do agente com a seara delitiva, de modo que estão aptas a negar a conduta social.

A conduta social, vale lembrar, abrange o comportamento do agente em sociedade, não se podendo desprezar a resistência do réu ao cumprimento do ordenamento jurídico-penal, em virtude da prática de outro fato delituoso.

Portanto, ainda que o registro criminal com trânsito em julgado em desfavor do acusado tenha sido equivocadamente sopesado no vetor antecedentes criminais, compreendo como válida a intenção do julgador em não desconsiderá-lo, razão pela qual realoco este importante fato de definição à vetorial que me parece correta, qual seja, a conduta social.

Quanto às circunstâncias do crime, entendo que deve permanecer a fundamentação que a reputou desfavorável, porque idoneamente baseada no fato do crime ter sido cometido na frente da residência da vítima e em horário noturno, elementos concretos que, a meu ver, tornam a conduta do apelante mais grave, a ponto de recomendar maior rigor na dosagem da [pena](#).

Por fim, no que concerne ao comportamento da vítima, observa-se, a par do édito condenatório, que esta circunstância judicial, apesar de ter sido mencionada pelo togado singular no momento da fixação da pena-base, não foi, de fato, considerada para exasperá-la. Explico.

É que, conforme a dosimetria levada a efeito na condenação, o sentenciante atribuiu, para cada circunstância judicial negativa, um incremento de 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão, considerando o **“resultado numa a partir da obtenção do intervalo da pena prevista em abstrato ao tipo (máximo-mínimo)”** (fls. 282v.).

Ora, tendo em mira que a pena-base restou fixada em 18 (dezoito) anos e 09 (nove) meses de reclusão, forçoso concluir que apenas 03 (três) circunstâncias



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

judiciais desfavorável foram utilizadas para majorar a reprimenda, *in casu*, a culpabilidade, os antecedentes e as circunstâncias do crime, não havendo o que se falar, portanto, em aumento decorrente do comportamento da [vítima](#).

Pois bem. A par do exposto, vejo que resta justificado o aumento da pena de partida na primeira etapa da dosimetria, não havendo o que se falar em diminuição decorrente do afastamento de circunstâncias judiciais consideradas negativas.

Sem reparos no *quantum* de redução fixado em face da atenuante da confissão (um sexto), e à míngua de agravantes, causas de aumento e diminuição de pena, a resposta penal permanece inalterada.

Deve ser mantido, por consequência, o regime prisional estabelecido na sentença de base, porque de acordo com as disposições do art. 33, § 2º, *a*, do Código [Penal](#).

Com as considerações supra, em desacordo com o parecer da d. Procuradoria de Justiça, nego provimento ao recurso, para manter a sentença de base inalterada.

Comunique-se o inteiro teor desta decisão aos parentes da vítima, em cumprimento ao que dispõe o art. 201, § 2º, do Código de Processo Penal.

É como voto.

Sala das Sessões da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, -- de janeiro de 2015.

DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida

RELATOR